MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO

1. Noção inicial.

Ação civil de natureza constitucional que, nos termos do art. 5º, LXIX, da CRFB/1988, visa proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições de Poder Público.

A norma constitucional aqui referida é, atualmente, regulada pela Lei nº. 12.016/2009, cujo art. 1º assevera: *Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.*

O mandado de segurança é direito público subjetivo de ação, que funciona como verdadeira garantia constitucional contra a violação dos direitos fundamentais por ato do Estado ou de seus delegados.

Na modalidade coletivo, o mandado de segurança está previsto no art. 5º, LXX, da CRFB/1988, assim redigido:

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;*
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.*

Afora outros aspectos diferenciadores, a ação mandamental coletiva destina-se a defesa dos direitos coletivos, transindividuais. É sua norma reguladora, qual seja, o art. 21 e seu parágrafo único, da Lei nº. 12.016/2009, que lhe dá contornos mais precisos, inclusive quanto ao entendimento do que seja direito coletivo:

Art. 21. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

Parágrafo único. Os direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo podem ser:

I - coletivos, assim entendidos, para efeito desta Lei, os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica;

II - individuais homogêneos, assim entendidos, para efeito desta Lei, os decorrentes de origem comum e da atividade ou situação específica da totalidade ou de parte dos associados ou membros do impetrante.

2. Hipóteses de cabimento do mandado de segurança – condição da ação – interesse processual (adequação/utilidade e necessidade).

Para impetrar mandado de segurança, a pessoa física ou jurídica precisa demonstrar que tem interesse processual, ou seja, que a ação mandamental é a via adequada (útil) e que tem necessidade do provimento jurisdicional.

Desta forma, devem ser observados os seguintes aspectos:

a) a causa deve versar sobre direito líquido e certo, ou seja, aquele que deriva de fato que pode ser comprovado com documentos;

b) o direito líquido e certo não pode ser amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, ou seja, não pode ser atinente a liberdade de locomoção da pessoa que está sofrendo ou se acha ameaçada de sofrer violência ou coação por ato ilegal ou abusivo de poder, nem mesmo pode ser ligado a prerrogativa de conhecer, retificar ou acrescentar informações sobre a pessoa do impetrante, constantes de registros ou de bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

c) o ato ilegal ou abusivo de poder que se quer afastar pela via do mandado de segurança tem que ser de autoridade pública ou de agente delegado do Estado;

d) § 2º do art. 1º da Lei nº. 12.016/2009: *Não cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público – Entretanto, cabe ação mandamental contra ato administrativo ilegal ou abusivo de poder da alçada das empresas estatais, conforme a Súmula 333 do STJ: CABE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO PRATICADO EM LICITAÇÃO PROMOVIDA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA OU EMPRESA PÚBLICA;*

e) art. 5º, I, da Lei nº. 12.016/2009: *Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: (...) I - de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução – Aqui deve ser observado que, ultrapassado o prazo para o julgamento do recurso administrativo pela autoridade competente, sem resposta, nada impede a impetração da ação mandamental, conforme os termos da Súmula 429 do STF: A EXISTÊNCIA DE RECURSO ADMINISTRATIVO COM EFEITO SUSPENSIVO NÃO IMPEDE O USO DO MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA OMISSÃO DA AUTORIDADE.*

Da mesma forma, se a pessoa perdeu o prazo para ajuizar o recurso administrativo, pode manejar o mandado de segurança, já que não se beneficiará da suspensão que a via recursal lhe proporcionaria;

f) art. 5º, II, da Lei nº. 12.016/2009: *Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: (...) II - de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo* – Este dispositivo melhorou, porque clareou, o teor da Súmula 267 do STF, que assevera: **NÃO CABE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO OU CORREIÇÃO**, já que explicou que o recurso judicial tem que ter efeito suspensivo, pois, caso contrário, permite-se o uso do *mandamus*;

g) art. 5º, II, da Lei nº. 12.016/2009: *Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: (...) III - de decisão judicial transitada em julgado* – Esta norma repetiu o que a Súmula 268 do STF estabelece: **NÃO CABE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL COM TRÂNSITO EM JULGADO**. Em face de decisão judicial cível transitada em julgado deve-se manejar a ação rescisória, conforme os termos dos arts. 966/975 do CPC, ou impugnada nos termos do art. 535, §§ 5º a 8º, do CPC (cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública);

h) não é possível propor mandado de segurança, inclusive o coletivo, no lugar de ação popular, já que esta, sobre ser manejada apenas pelo cidadão (titular, pelo menos, do direito político ativo), visa anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, enquanto que a ação mandamental coletiva é impetrada por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial. Veja-se a respeito a Súmula 101 do STF: **O MANDADO DE SEGURANÇA NÃO SUBSTITUI A AÇÃO POPULAR**;

i) Súmula 266 do STF: **NÃO CABE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA LEI EM TESE** – Contra lei em tese, que se julga violadora de direito líquido e certo de índole constitucional, devem ser manejadas, pelos legitimados, as ações de controle concentrado de constitucionalidade, a saber, ADI, ADC e ADPF;

j) Súmula 269 do STF: **O MANDADO DE SEGURANÇA NÃO É SUBSTITUTIVO DE AÇÃO DE COBRANÇA** – Se a pessoa julga-se credora da Administração pública ou de um dos seus delegados, deve ajuizar ação de cobrança para ter reconhecido o seu direito, sendo certo que os efeitos patrimoniais da ação mandamental atingem apenas as parcelas que forem vencendo após a impetração, nos termos da Súmula 271 do STF: **CONCESSÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA NÃO PRODUZ EFEITOS PATRIMONIAIS EM**

RELAÇÃO A PERÍODO PRETÉRITO, OS QUAIS DEVEM SER RECLAMADOS ADMINISTRATIVAMENTE OU PELA VIA JUDICIAL PRÓPRIA;

k) Cabe mandando de segurança mesmo que haja complexidade e controvérsia na matéria de direito, conforme a Súmula 625 do STF: *CONTROVÉRSIA SOBRE MATÉRIA DE DIREITO NÃO IMPEDE CONCESSÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA;*

l) por fim, é **preciso demonstrar ao julgador que há necessidade da ordem mandamental**, ou seja, que existe, em verdade, um ato ilegal ou abusivo de poder que está em vias de lesar ou já está lesando direito líquido e certo que o impetrante diz ter, sendo certo que a prova mais difícil se encontra na seara do direito que somente está ameaçado.

3. Condição da ação – legitimidade passiva – autoridade coatora.

A autoridade coatora em matéria de mandado de segurança é a que praticou o ato ilegal ou abusivo de poder que está ferindo ou em vias de ferir o direito líquido e certo do impetrante, **ou, ainda, a que ordenou a prática do ato** (§ 3º do Art. 6º da Lei nº. 12.016/2009: *Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática.*

Podem figurar como autoridades coadoras, ademais, os representantes ou órgãos de partidos políticos, os administradores de entidades da administração pública indireta, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições. Alerta-se que as pessoas aqui referidas, para serem alçadas a condição de autoridade coatora, devem ter praticado ato administrativo, portanto, sob a égide do regime jurídico de direito público, carregado de prerrogativas estatais, que o impetrante diz estar violando ou em vias de violar o seu direito líquido e certo (§ 1º do art. 1º da Lei nº. 12.016/2009: *Equiparam-se às autoridades, para os efeitos desta Lei, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.*

Nos termos do art. 2º da Lei nº. 12.016/2009: *Considerar-se-á federal a autoridade coatora se as consequências de ordem patrimonial do ato contra o qual se requer o mandado houverem de ser suportadas pela União ou entidade por ela controlada.*

Quanto à questão da legitimidade passiva em *mandamus* é oportuno lembrar o teor da Súmula 510 do STF: *PRATICADO O ATO POR AUTORIDADE, NO EXERCÍCIO DE COMPETÊNCIA DELEGADA, CONTRA ELA CABE O MANDADO DE SEGURANÇA OU A MEDIDA JUDICIAL*, bem assim o da Súmula 627 do mesmo STF: *NO MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA A NOMEAÇÃO DE MAGISTRADO DA COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ESTE É CONSIDERADO AUTORIDADE COATORA, AINDA QUE O FUNDAMENTO DA IMPETRAÇÃO SEJA NULIDADE OCORRIDA EM FASE ANTERIOR DO PROCEDIMENTO.*

Definir de forma correta que é a autoridade coatora, permite, como se verá a seguir, estabelecer com precisão que é o juízo competente para conhecer do *mandamus*.

Outro aspecto importante que merece relevo é a necessidade de se indicar a pessoa jurídica da qual a autoridade coatora faz parte já no preâmbulo da peça, conforme a exigência do art. 6º da lei nº. 12.016/2009:

Art. 6º A petição inicial, que deverá preencher os requisitos estabelecidos pela lei processual, será apresentada em 2 (duas) vias com os documentos que instruírem a primeira reproduzidos na segunda e indicará, além da autoridade coatora, a pessoa jurídica que esta integra, à qual se acha vinculada ou da qual exerce atribuições.

PESSOA X, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do RG nº. xxxxxx SSP-XX, CPF nº. xxxxx, (endereço), neste ato representado pelo seu Advogado, constituído na forma do anexo instrumento de mandato, com endereço profissional (endereço), local onde receberá as comunicações desse MM. Juízo, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento no artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c o art. 1º da Lei nº. 12.016/2009, impetrar MANDADO DE SEGURANÇA, com pedido de liminar *inaudita altera pars*, contra ato da **(autoridade coatora), (ministro, secretário, diretor ..., do órgão, entidade, ...)**, que (descrever sucintamente o ato), pelas razões de fato e de direito a seguir apresentadas.

4. Pressuposto de regular constituição e desenvolvimento do processo - juízo competente – endereçamento da petição inicial.

O juízo competente para conhecer do mandado de segurança é determinado em função de quem seja a autoridade coatora, devendo tal investigação ser iniciada na Constituição Federal, já que é na Carta Magna que se estabelece a competência absoluta do STF, do STJ, dos Tribunais Regionais Federais, dos Juízes Federais e da Justiça do Trabalho.

Vejamos, então, a competência de cada um desses juízos em matéria de ação mandamental:

STF – CF/88:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

(...)

d) o "habeas-corpus", sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o "habeas-data" contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

Súmula 248 do STF: *É COMPETENTE, ORIGINARIAMENTE, O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, PARA MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.*

Contra ato de Tribunal de Justiça do Estado não se impetra ação mandamental no STF, senão na própria corte estadual. Veja-se, a respeito, o teor da Súmula 330 do STF: *O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NÃO É COMPETENTE PARA CONHECER DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATOS DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DOS ESTADOS.*

Súmula 623 do STF: *NÃO GERA POR SI SÓ A COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA CONHECER DO MANDADO DE SEGURANÇA COM BASE NO ART. 102, I, "N", DA CONSTITUIÇÃO, DIRIGIR-SE O PEDIDO CONTRA DELIBERAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TRIBUNAL DE ORIGEM, DA QUAL HAJA PARTICIPADO A MAIORIA OU A TOTALIDADE DE SEUS MEMBROS.*

Súmula 624 do STF: *NÃO COMPETE AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL CONHECER ORIGINARIAMENTE DE MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATOS DE OUTROS TRIBUNAIS.*

STJ – CF/88:

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

(...)

*b) os mandados de segurança e os **habeas data** contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal;*

Súmula 41 do STJ: *O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NÃO TEM COMPETENCIA PARA PROCESSAR E JULGAR, ORIGINARIAMENTE, MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE OUTROS TRIBUNAIS OU DOS RESPECTIVOS ORGÃOS.*

Súmula 177 do STJ: *O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA É INCOMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR, ORIGINARIAMENTE, MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE ÓRGÃO COLEGIADO PRESIDIDO POR MINISTRO DE ESTADO.*

TRF – CF/88:

Art. 108. Compete aos Tribunais Regionais Federais:

I - processar e julgar, originariamente:

(...)

c) os mandados de segurança e os "habeas-data" contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal;

JUÍZES FEDERAIS – CF/88:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

(...)

VIII - os mandados de segurança e os "habeas-data" contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais;

Súmula 511 do STF: *COMPETE À JUSTIÇA FEDERAL, EM AMBAS AS INSTÂNCIAS, PROCESSAR E JULGAR AS CAUSAS ENTRE AUTARQUIAS FEDERAIS E ENTIDADES PÚBLICAS LOCAIS, INCLUSIVE MANDADOS DE SEGURANÇA, RESSALVADA A AÇÃO FISCAL, NOS TERMOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1967, ART. 119, § 3º.*

JUSTIÇA DO TRABALHO – CF/88:

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

(...)

IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;

As autarquias federais e as empresas públicas federais têm foro em razão da pessoa (*ratione personae*) na Justiça Federal, nos termos do art. 109, I, da CRFB/1988. Logo, mandado de segurança contra ato administrativo de seus agentes será impetrado na Justiça Federal, ressalvada a competência da Justiça do Trabalho e Eleitoral:

Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar:

I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réis, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho;

Já as sociedades de economia mista, inclusive as federais, tem foro em razão da pessoa na Justiça Estadual, sendo esta a competente para conhecer de ato administrativo ilegal ou abusivo de poder de seus agentes. Neste sentido a Súmula 556 do STF: *É COMPETENTE A JUSTIÇA COMUM PARA JULGAR AS CAUSAS EM QUE É PARTE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA* e a Súmula 42 do STJ: *COMPETE A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL PROCESSAR E JULGAR AS CAUSAS CIVEIS EM QUE É PARTE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E OS CRIMES PRATICADOS EM SEU DETRIMENTO.*

Contra o ato dito ilegal ou abusivo de poder do juizado especial, seja ele estadual ou federal, que esteja violando ou em vias de violar direito líquido e certo do impetrante,

deve ser proposto *mandamus* na correlata turma recursal, conforme os termos da Súmula 376 do STJ: *COMPETE A TURMA RECURSAL PROCESSAR E JULGAR O MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO DE JUIZADO ESPECIAL*.

Apesar do que se disse na passagem anterior, nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei nº. 10.259/2001, não cabe a impetração de mandado de segurança no juizado especial federal: § 1º *Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas: I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos. O mesmo se diga quanto ao juizado especial estadual, nos termos do § 2º do art 3º da Lei nº. 9.099/1995: § 2º Ficam excluídas da competência do Juizado Especial as causas de natureza alimentar, falimentar, fiscal e de interesse da Fazenda Pública, e também as relativas a acidentes de trabalho, a resíduos e ao estado e capacidade das pessoas, ainda que de cunho patrimonial.*

Por fim, a regra de ouro: **deve-se observar a competência funcional da sede da autoridade.**

EXMº. SR. (Juiz de Direito, Juiz Federal, Desembargador Presidente ou Ministro Presidente) **DA(O)** (Vara Cível, Vara da Fazenda Pública, Vara Federal, Vara do Trabalho, do STF, do STJ, do Tribunal xxxx) **DA** (Comarca xxxx, da Seção Judiciária xxxx, da Subseção Judiciária xxx).

5. Condição da ação – legitimidade ativa – impetrante.

Pode impetrar mandado de segurança individual qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive as estrangeiras, universalidades de bens (massa falida, espólio, condomínio), bem assim órgãos da administração pública na defesa dos seus interesses e direitos.

O Ministério Público, como legitimado extraordinário, pode propor mandado de segurança na defesa dos direitos dos menores (arts. 176 e 178 do CPC), dos índios (art. 129, V, da CRFB/1988), dos seus próprios direitos e em matéria processual.

Quando se tratar de direito indivisível, portanto, de titularidade de várias pessoas, qualquer delas poderá impetrar a ação mandamental para evitar ou afastar eventual lesão (§ 3º do art. 1º da Lei nº. 12.016/2009 - § 3º *Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, qualquer delas poderá requerer o mandado de segurança.*

Interessante, ainda, nesta seara é a legitimidade ativa extraordinária de que trata o art. 3º da Lei nº. 12.016/2009:

Art. 3º O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o seu titular não o fizer, no prazo de 30 (trinta) dias, quando notificado judicialmente.

Parágrafo único. O exercício do direito previsto no caput deste artigo submete-se ao prazo fixado no art. 23 desta Lei, contado da notificação.

Para o mandado de segurança coletivo, por outro lado, a CRFB/1988, art. 5º, inciso LXX, somente apresenta os seguintes legitimados:

LXX - o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) partido político com representação no Congresso Nacional;*
- b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.*

Conforme asseverado em passagem anterior, a ação mandamental coletiva destina-se a defesa dos direitos coletivos, transindividuais, conforme os precisos termos do art. 21 e seu parágrafo único, da Lei nº. 12.016/2009:

Art. 21. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na defesa de seus interesses legítimos relativos a seus integrantes ou à finalidade partidária, ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, 1 (um) ano, em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial.

6. Pressuposto de regular constituição e desenvolvimento do processo – capacidade de ser parte e representação processual (capacidade processual).

Para a ação mandamental, o impetrante tem que estar representado por advogado, por faltar-lhe capacidade processual. Por outro lado, se for incapaz em termos civis, ou seja, se não tiver capacidade de ser parte, tem que estar representado (absolutamente incapaz) ou assistido (relativamente incapaz) por seus pais, tutores ou curadores (art. 71 do CPC c/c os arts. 3º e 4º do Código Civil).

PESSOA X, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador do RG nº. xxxxxx SSP-XX, CPF nº. xxxxx, (endereço), neste ato representado pelo seu Advogado, constituído na forma do anexo instrumento de mandato, com endereço profissional (endereço), local onde receberá as comunicações desse MM. Juízo, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fundamento no artigo 5º, inciso LXIX, da Constituição da República Federativa do Brasil, c/c o art. 1º da Lei nº. 12.016/2009, impetrar MANDADO DE SEGURANÇA, com pedido de liminar *inaudita altera pars*, contra ato da (autoridade coatora), que (descrever sucintamente o ato), pelas razões de fato e de direito a seguir apresentadas.

7. Pressuposto de regular constituição e desenvolvimento do processo – ausência de decadência do direito fundamental de impetrar mandado de segurança.

De acordo com o art. 23 da Lei nº. 12.016/2009, o direito de requerer mandado de segurança, sendo potestativo, decai em 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado:

Art. 23. O direito de requerer mandado de segurança extingui-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

Quanto a este pressuposto, é importante lembrar que os atos coatores (ilegais ou abusivos de poder) que justificam a impetração do *mandamus*, já que estão lesando ou em vias de lesar direito líquido e certo do impetrante, são atos da Administração Pública, em regra atos administrativos que, conforme exige a lei, são publicados, no mais das vezes, em Diários Oficiais. Entretanto, alguns destes atos são de publicação mais restrita, contentando-se a norma de regência com a simples afixação deles em murais, átrios, etc.

No que pertine, ainda, a problemática da decadência, o STF editou duas importantes Súmulas, quais sejam, a 430 e a 632.

A Súmula 430 assevera que pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para impetrar ação mandamental, já que prazo decadencial não se interrompe, nem se suspende: *PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NA VIA ADMINISTRATIVA NÃO INTERROMPE O PRAZO PARA O MANDADO DE SEGURANÇA*. Como já se disse, apenas recurso administrativo com efeito suspensivo impede o ajuizamento de mandado de segurança. Relembre-se: *Não se concederá mandado de segurança quando se tratar: (...) I - de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução – Se ultrapassado o prazo para o julgamento do recurso administrativo pela autoridade competente, sem resposta, nada impede a impetração da ação mandamental, conforme os termos da Súmula 429 do STF: A EXISTÊNCIA DE RECURSO ADMINISTRATIVO COM EFEITO SUSPENSIVO NÃO IMPEDE O USO DO MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA OMISSÃO DA AUTORIDADE*.

Já a Súmula 632 diz ser constitucional a fixação de prazo decadencial para a ação mandamental: *É CONSTITUCIONAL LEI QUE FIXA O PRAZO DE DECADÊNCIA PARA A IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA*.

8. Dos fatos e do direito.

Após o cabeçalho da peça, devem ser historiados os fatos que geraram a impetração da segurança, de modo que o Juiz os conheça de forma integral.

No item ou nos itens utilizado(s) para apresentar a fundamentação jurídica do pedido de segurança, o impetrante deve demonstrar que a lei, a doutrina e a jurisprudência estão do lado da tese que esboça.

9. Provimento liminar.

Demonstrados os requisitos da plausibilidade jurídica do pedido (*fumus boni iuris*) e do perigo da demora (*periculum in mora*), o impetrante do mandado de segurança pode requerer um provimento liminar acautelatório no início do litígio (*initio litis*), de maneira a tornar útil o resultado final do processo (art. 7º, III, da Lei nº. 12.016/2009):

Art. 7º Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

(...)

III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

Deve-se ter atenção quanto a este aspecto, já que um dos pontos avaliados nas provas dos concursos, no que tange a confecção de uma inicial de mandado de segurança, é saber se o candidato atentou-se para a necessidade de pedir o provimento liminar no caso em estudo e, ademais, se soube fazer tal pleito.

A primeira regra importante a ser seguida, neste particular, é relatar os fatos e o direito aplicado à espécie antes de se requerer o pleito liminar cautelar, já que, com isso, é possível apresentar ao magistrado que vai julgar a causa a gravidade da situação gerada pelo ato coator (ilegal ou abusivo de poder), e, assim, o *periculum in mora*, demonstrando, da mesma forma, os fundamentos fático e jurídico do pedido de cautela.

Portanto, somente abra espaço para o pedido liminar já no final de sua peça, antes dos pedidos de mérito.

Não serão deferidas liminares cautelares em sede de mandado de segurança que tenham por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza (§ 3º do art. 7º da Lei nº. 12.016/2009).

10. Pedidos finais.

No que se refere aos pedidos finais, deve-se observar os seguintes aspectos:

a) caso o impetrante não disponha dos documentos necessários à prova do alegado, já que se acha em repartição ou estabelecimento público ou em poder de autoridade que se recuse a fornecê-lo por certidão ou de terceiro, deve pedir ao juiz da causa que ordene, preliminarmente, por ofício, a exibição do documento em original ou em cópia autêntica, marcando, para o cumprimento da ordem, o prazo de 10 (dez) dias (art. 6º, § 1º, da Lei nº. 12.016/2009), sendo certo que se a autoridade que se nega a fornecer os documentos for a coatora a ordem seguirá na sua notificação (art. 6º, § 1º, da Lei nº. 12.016/2009);

b) deve-se pedir a notificação da autoridade coatora e, também, a intimação da pessoa jurídica da qual faz parte, para dizer do seu interesse na demanda (art. 7º, I e II, da Lei nº. 12.016/2009);

c) deve-se pedir a oitiva do representante do Ministério Público, já que funciona como *custos legis* em ação mandamental (art. 12 da Lei nº. 12.016/2009);

d) não se pede a condenação em honorários advocatícios em mandado de segurança, já que vedada legalmente (art. 25 da Lei nº. 12.016/2009);

Art. 25. Não cabem, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes e a condenação ao pagamento dos honorários advocatícios, sem prejuízo da aplicação de sanções no caso de litigância de má-fé.

Veja-se, também, a Súmula 512 do STF: *NÃO CABE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS DE ADVOGADO NA AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA*, e a Súmula 105 do STJ: *NA AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA NÃO SE ADMITE CONDENAÇÃO EM HONORARIOS ADVOCATICIOS*;

e) deve-se reiterar o pedido de deferimento da medida liminar requerida em tópico anterior e apartado, bem assim a manutenção do provimento cautelar após a sentença, tendo em vista os termos do § 3º do art. 7º da Lei nº. 12.016/2009);

f) deve-se pedir a segurança, inclusive o julgamento de eventual incidente de inconstitucionalidade.